

## NOTA À IMPRENSA

# Câmara aprova voto de repúdio pela decisão de encerramento do Tribunal de Sines

A Câmara Municipal de Sines aprovou hoje, por unanimidade, um voto de repúdio pela decisão tomada em Conselho de Ministros de encerrar o Tribunal de Sines no âmbito do novo mapa judiciário.

A ser concretizada esta decisão do governo, o Tribunal de Sines será encerrado cinco anos depois de ter sido inaugurado, deixando os munícipes sem acesso a qualquer serviço judiciário no seu concelho.

Os juízos existentes no Tribunal de Sines – trabalho e família e menores - estavam ajustados ao perfil desta cidade como polo económico e urbano da região e justificava-se a sua manutenção em atividade.

Também não foi atendida a reivindicação do município para que fosse criada em Sines uma secção de proximidade, que permitiria manter uma oferta de serviços judiciários, mitigando o prejuízo imposto à população local com o encerramento do tribunal.

Sines tem uma procura anual de processos que cumpre os critérios estabelecidos pelo Ministério da Justiça para a criação de secções de proximidade, pelo que também esta decisão é incompreensível.

Acrescente-se que, ao contrário do que a Associação Nacional de Municípios Portugueses tinha solicitado, a apreciação do mapa judiciário em Conselho de Ministros aconteceu sem que se tenha realizado qualquer reunião entre a ministra da Justiça, o conselho diretivo da associação e os presidentes da Câmara dos municípios para cujos tribunais existia proposta de encerramento.

O acesso dos cidadãos à justiça é um valor basilar da democracia. Tornar mais caro, mais moroso e mais difícil aceder aos serviços judiciários é tornar Portugal um país com menos qualidade democrática.

SIDI/PM/2014-02-06

Para solicitar mais informações sobre as notícias da nota use o email [sidi@mun-sines.pt](mailto:sidi@mun-sines.pt) ou o telefone 269 630 665 (Serviço de Informação, Divulgação e Imagem).